

Imperialismo e Anti-imperialismo, Comunismo e Anticomunismo durante a Guerra Fria

Imperialism and anti-Imperialism, Communism and Anti-Communism during the Cold War

Sidnei J. Munhoz*

Resumo: Os conflitos ocorridos durante o período da Guerra Fria estavam inseridos em uma complexa teia em que se entremeavam os interesses geopolíticos das duas superpotências mundiais e dos seus respectivos blocos, as rivalidades existentes no interior de cada um desses campos, as disputas entre os parceiros menores em busca da consolidação de hegemonias regionais e as tensões existentes em cada uma dessas sociedades. Por fim, a emergência de dezenas de novas nações provenientes das lutas anticoloniais influenciou as relações internacionais e impactou os projetos de ordem global das potências dominantes. Nesse contexto, ocorreram muitas guerras regionais, revoluções e golpes militares no então denominado Terceiro Mundo. Nesses conflitos, mais de vinte milhões de pessoas perderam a vida. O cuidadoso exame desse processo de modo mais detalhado aponta os limites dos modelos de análise centrados apenas na visão de um mundo bipolar.

Palavras-chave: Guerra Fria, Estados Unidos, União Soviética, Imperialismo, Anti-imperialismo, Comunismo, Anticomunismo

*Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UEM, Maringá, Paraná, Brasil. O autor agradece ao apoio do CNPq, por meio da Bolsa Produtividade em Pesquisa, e à Capes, pelo financiamento de estágio pós-doutoral

na Brown University. E-mail: sidneimunhoz2010@gmail.com

Abstract: The conflicts that took place during the Cold War were linked to the complex grid in that were connected the geopolitical purposes of the two global superpowers and their respective blocs, the rivalries emerged inside of each one of these fields, the disputes among the small partners in search of the consolidation of regional hegemonies and, the frictions inside of these societies. In addition, the rise of dozens of new national states as result of the anticolonial conflicts influenced the international relations and impacted the the superpowers global order projects. In these context, arisen many regional wars, revolutions and military coup d'état in the so called Third World. In these conflicts, more than twenty million people lost their lives. The cautious examination of this process shows the limits of the analysis based only in the perspective of the one bipolar world. .

Keywords: Cold War, United States, Soviet Union, Imperialism, Anti-imperialism, Communism, Anti-communism

Introdução

A aliança constituída durante a II Guerra Mundial contra as forças do Eixo havia promovido a união das chamadas democracias capitalistas com o socialismo estalinista soviético. No entanto, os interesses antagônicos surgidos ao final daquele conflito mundial produziram novas tensões internacionais que levaram a humanidade à beira de uma nova guerra mundial. Havia expectativas díspares em relação à edificação da nova ordem internacional. No campo soviético, a demora na abertura da segunda frente de batalha - solicitada por Stalin, logo após a invasão da URSS pela Alemanha, em junho de 1941- alimentou a percepção de que a vitória sobre as forças do Eixo fora uma conquista essencialmente soviética. Mais do que isso, essa atitude fortaleceu a percepção de que os EUA e a Inglaterra haveriam aguardado o desfecho do conflito entre a Alemanha e a URSS, com a esperança de que os dois contendores chegassem ao esgotamento mútuo¹. Desse ponto de vista, acreditava-se que as forças anglo-americanas intencionavam derrotar os dois inimigos (o socialismo soviético e o nazismo alemão) de uma só vez, pois o vitorioso do conflito germano-soviético sairia tão fragilizado da contenda que poderia ser facilmente sobrepujado. No campo ocidental, havia desconfianças em relação à URSS associadas a questões que remontavam ao caráter do regime soviético, instituído quando os bolcheviques chegaram ao poder por meio da via revolucionária. Para os liberais ocidentais, a pregação de uma revolução proletária internacional, a expropriação da propriedade privada na Rússia Soviética e o não reconhecimento dos débitos internacionais do império russo ainda eram feridas abertas e jamais cicatrizadas. Além disso, a retirada da Rússia da I Guerra Mundial, em 1918, por intermédio do Acordo de Brest-Litovsk, firmado com a Alemanha e, pouco mais de duas décadas depois, o Pacto Germano-Soviético, assinado em agosto de 1939, reforçaram o sentimento de traição e de que não se podia confiar nos soviéticos².

Com a morte de Roosevelt e a posse de Truman, em abril de 1945, houve uma sensível mudança na direção da política externa estadunidense. Na União Soviética, a nova postura dos EUA aumentou as suspeitas de que as democracias ocidentais pretendiam eliminar a sua área de influência no Leste da Europa³. Essas suspeitas ganharam dimensão ainda maior quando Stalin soube por meio de um espião infiltrado no White Hall que Churchill havia solicitado ao seu Gabinete de Guerra um plano para atacar as forças soviéticas na Europa. Stalin soube ainda que o general Montgomery haveria recebido ordens para estocar armamentos apreendidos para futuro uso, pois se previa a necessidade do emprego de unidades alemãs então aprisionadas para o ataque às forças soviéticas⁴. Assim, é muito provável que, com a intenção de consolidar o controle da região e impedir qualquer estratégia dos aliados ocidentais para

retirar-lhe o predomínio sobre Europa Oriental, a URSS aumentou a repressão e restringiu o processo democrático em toda a sua área de influência.

Desde o discurso de Churchill, em 05 de março de 1946, em Fulton, Missouri, houve a expansão dos conflitos a envolver os dois blocos antagônicos ainda em formação. Em 12 de março de 1947, foi anunciada a Doutrina Truman. Em 5 de junho do mesmo ano, os EUA anunciaram o Plano Marshall (implementado a partir de abril de 1948). O Plano foi visto pelos soviéticos como parte de uma estratégia imperialista visando à subordinação da Europa aos interesses dos EUA⁵. No crescente clima de confrontação entre os blocos, os comunistas franceses e italianos foram expulsos dos seus respectivos governos.

Com o crescimento dos conflitos entre as potências globais, a perseguição político-ideológica tornou-se exacerbada tanto no campo soviético quanto no estadunidense. Nos EUA, entre 1950 e 1954, o macartismo violou a democracia, invadiu a privacidade da vida de milhares de pessoas, monitorou e impôs o silêncio aos meios de comunicação, restringiu a liberdade acadêmica e provocou a expulsão e o ostracismo de centenas de docentes e pesquisadores universitários⁶. Naquele contexto, as sessões da House Un-American Activities Committee – HUAC transformadas em verdadeiros espetáculos e transmitidas ao grande público faziam o cidadão médio estadunidense acreditar que o seu país estava prestes a ser invadido por forças comunistas⁷. Na área de influência soviética, a breve experiência da pluralidade partidária e da busca de caminhos específicos para cada nação construir o seu modelo de socialismo foram suplantadas pela imposição dos desígnios do Kremlin. Com alguma variação de país para país, essa guinada implicou a prática do aprisionamento em massa, da generalização da violência de Estado e da adoção de julgamentos sumários com a aplicação da pena capital.

A Guerra Fria justificou a intensificação da repressão e o aumento do controle sobre as populações tanto no campo soviético quanto no estadunidense. Durante o período da Guerra Fria, EUA e URSS rivalizaram-se nas mais diferentes regiões do planeta com o objetivo de concretizar os seus diferentes projetos políticos. Se de um lado, a Guerra Fria implicou o alargamento de conflitos, em escala global, de outro, após um período inicial marcado por posturas exacerbadas, ela produziu um sistema balanceado de relações e padrões toleráveis e previsíveis de confronto. Nesse contexto, as duas nações líderes enfrentavam-se por meio de “satélites”, de modo a evitar o embate direto entre as suas forças. Em paralelo, esse modelo não impedia a emergência de conflitos regionais, mas os conseguia manter sob controle de modo a evitar que se transformassem em guerras de dimensões mundiais⁸.

Durante o desenrolar da Guerra Fria é verossímil a imagem do mundo bipolarizado, porém, como é possível observar na literatura especializada, o processo era mais complexo. Os diferentes países associados a cada um dos blocos possuíam interesses distintos e não atuavam de forma homogênea.

Assim, aconteciam dissidências nas alianças concertadas e, de certo modo, até havia alguma possibilidade de autonomia dos parceiros menores.

Não obstante, a conquista de alguma autonomia pelos aliados de EUA ou URSS sempre era muito frágil, como demonstra a postura intervencionista das duas superpotências globais⁹. Acrescenta-se, que na grande maioria dos países, era possível observar a existência de sociedades cindidas nas quais o cidadão comum não aderira automaticamente à ideologia e ao regime professado pelo seu governo. Ao contrário, muitas vezes se organizava com o objetivo de derrubar os seus governantes e de instituir um novo governo nos moldes do campo rival com o qual ele se identificava¹⁰.

Em decorrência, nas respectivas esferas de influência, foram consolidadas as estruturas materiais e edificados os arcabouços ideológicos que alicerçavam o regime político instituído e forneciam os instrumentos de crítica e combate ao campo adversário. Regra geral, esse confronto era apresentado ao cidadão comum de forma maniqueísta, por intermédio da qual se delineava um combate entre o bem e o mal. Nesse embate, ocupavam papel privilegiado os confrontos entre capitalismo e comunismo, imperialismo e anti-imperialismo, comunismo e anticomunismo, e colonialismo e anticolonialismo.

A Guerra Fria e as lutas anticoloniais

Ao longo da II Guerra Mundial, dezenas de movimentos de cunho nacionalista se expandiram e contribuíram na luta contra as forças do Eixo. Ao final do conflito mundial, esses movimentos pressionaram das mais diferentes formas pelo fim da dominação colonial. Essa não era uma questão acordada de maneira incontroversa pelas lideranças dos países que coordenaram as forças aliadas. Diferentes questões matizavam os interesses nem sempre explícitos de modo irrefragável nas estratégias delineadas e nas disputas implícitas existentes no interior da aliança contra as forças do Eixo.

O projeto empreendido por Roosevelt e expresso na Carta do Atlântico propugnava o direito à autodeterminação dos povos. O presidente estadunidense pensava que após o término do conflito mundial seria necessária a reconstrução de uma ordem mundial baseada na *Open Door Policy*. Acreditava que, dessa forma, os recursos naturais de diferentes regiões do planeta pudessem fluir livremente aos EUA e as mercadorias e capitais estadunidenses pudessem conquistar os novos mercados que, desse modo, naturalmente se abririam com o fim do colonialismo. Contudo, muitas dessas questões não foram explicitadas de forma clara, pois elas poderiam provocar dissensões na aliança de guerra, em particular com a Grã-Bretanha.

Churchill embora tenha aceitado os pontos da carta, o fez em um contexto em que a Grã-Bretanha se encontrava em situação desesperadora, como decorrência das sucessivas vitórias alemãs e do isolamento do país. Ele acreditava na possibilidade de posteriormente reverter pontos considerados

lesivos aos interesses do império britânico. Em um documento endereçado ao ministro das relações exteriores, Anthony Eden, Winston Churchill lembra que ele discorda de certos pontos contidos na Carta do Atlântico. O Primeiro Ministro britânico pondera que já informou a sua posição ao presidente Roosevelt várias vezes e que entendia que os EUA mantinham vagas aspirações sobre a criação de uma ordem no pós-guerra que colocava o império britânico em situação muito embaraçosa¹¹.

Para os historiadores revisionistas, Stalin via na guerra a possibilidade de restaurar as antigas fronteiras russas e de garantir a segurança soviética e, se possível, promover a expansão da influência a outras áreas, mas sem confrontar diretamente Roosevelt. Para conquistar esses objetivos, o líder soviético haveria desestimulado a tomada do poder por organizações comunistas em diferentes áreas do planeta, como sinalizaram os seus posicionamentos em relação à Grécia, à Itália e à China. No entanto esse também é um ponto controverso e é interpretado de forma distinta por diferentes correntes historiográficas.

A considerar a necessidade de preservação da aliança e evitar discussões espinhosas, Roosevelt procurou deixar a solução desses problemas controversos para depois da guerra, pois temia que eles pudessem enfraquecer a aliança e dificultar a vitória sobre o inimigo. Por um lado, Roosevelt reconhecia a necessidade soviética de predomínio na Europa Oriental. Afinal, os seguidos ataques sofridos pelos russos, através daquela região, justificavam a busca da almejada proteção territorial. Por outro, ele temia que, se a União Soviética consolidasse a sua esfera de influência, a Inglaterra, a França e outras potências coloniais pudessem buscar a reconstrução dos seus impérios coloniais e, desse modo, seria muito mais complicada a constituição da nova ordem global lastreada na *Open Door Policy*, que era baseada no livre comércio. Com a morte de Roosevelt e, posteriormente, a emergência das tensões oriundas da Guerra Fria, esses problemas vieram à tona e adquiriram uma proporção ainda maior.

Com o início das tensões que levaram à emergência da Guerra Fria, cada uma das potências procurou consolidar a sua órbita de influência e preservar os seus interesses. A União Soviética embora atuasse de forma contínua com o intuito de conquistar seus objetivos, mostrou algum comedimento ao retirar-se do Irã quando pressionada pelos EUA em 1946. Como já indicado anteriormente, Stálin desestimulou a tomada do poder pelos movimentos comunistas em diferentes áreas do globo de forma a evitar os riscos de um confronto mais direto com os EUA. Mesmo após a promulgação da Doutrina Truman e do anúncio do Plano Marshall (ambos em 1947), Stalin manteve uma postura cautelosa na política externa soviética, pois não incitou abertamente e até mesmo desestimulou a transformação das lutas anticoloniais e de libertação nacional em revoluções socialistas.

Não obstante, após certa reserva, concordou com a proposta de invasão da Coreia do Sul propugnada pelo líder comunista da Coreia do Norte, Kim Il

Sung, o que contribuiu para a escalada dos conflitos na Ásia, com repercussões imprevistas na política externa soviética. Nesse aspecto, há divergências sobre os motivos pelos quais, após o início da Guerra Fria, a União soviética não se aproveitou de forma mais direta e intensa das lutas de libertação nacional para desafiar a influência estadunidense. Dentre os motivos, é plausível presumir o enfoque soviético na reconstrução do país e na necessidade de recursos para esse fim. Além disso, havia o receio da escalada de uma guerra de proporções globais para a qual a URSS não estava preparada. Acreditava-se que o início de um novo conflito naquela quadra da história sangraria os já poucos recursos destinados à retomada do desenvolvimento industrial, à solução dos infinitos problemas da infraestrutura urbana que havia sido destruída durante a guerra e uma infinidade de outros problemas emergenciais decorrentes da destruição ocasionada pela invasão alemã.

Nos EUA, já a partir de 1946 tornou-se evidente o abandono por parte do governo da política de apoio à expansão de regimes democráticos, logo substituída pelo suporte a regimes fortes, muitas vezes de caráter autoritário, que pudessem representar maior segurança frente à suposta ameaça comunista. Assim, segundo Leslie Bethell e Ian Roxborough, na América Latina houve duas fases distintas naquele período¹². Na primeira, entre 1944 e 1946, com pequenas variações cronológicas, deu-se a democratização da sociedade e observou-se o curso dos regimes em direção à esquerda, com tendências nacionalistas, alicerçados no vigor das organizações de esquerda e da militância operária. No entanto, entre 1945 e 1947, nota-se a inversão desse curso e a opção pelos governos de perfil autoritário. À exceção da Guatemala, que manteve o regime democrático até 1954, nos demais países é possível afirmar que já em 1948 os sonhos de uma rápida democratização do continente haviam sido sepultados. Para Peter H. Smith, ao final de 1954, mesmo com critérios de classificação bastante generosos, somente seria possível apontar a permanência de quatro regimes democráticos na América Latina: no Uruguai, na Costa Rica, no Chile e no Brasil¹³.

Na Ásia, os EUA procuraram evitar que a URSS pudesse ampliar a sua influência. Sobre essa questão há candentes polêmicas interpretativas. Uma delas que merece destaque refere-se à própria conclusão da guerra com o Japão. Historiadores ortodoxos e neo-ortodoxos defendem a tese de que os bombardeios nucleares a Hiroshima e Nagasaki foram necessários para abreviar a guerra e poupar vidas, principalmente dos soldados estadunidenses, mas também de civis japoneses. Já para uma gama variada de outros historiadores, com destaque para os revisionistas, os bombardeios nucleares tinham por objetivo finalizar a guerra rapidamente para evitar a partilha da Ásia com a URSS e, em paralelo, pressionar e limitar as ambições soviéticas na Europa¹⁴.

Logo após a guerra, os EUA impediram que a URSS participasse da rendição formal do Japão e desenvolveram estratégias para conter as forças

soviéticas presentes na Manchúria, no norte do Vietnã e da Coréia. Para Melvin Leffler, Truman, Acheson e seus assessores avaliavam que a URSS estava frágil e que não buscaria um confronto direto com os EUA¹⁵. Leffler insiste na tese de que a grande questão para os elaboradores da política externa dos EUA era evitar que a URSS pudesse unir o seu potencial, os recursos naturais da Eurásia e a mão de obra qualificada da Europa Ocidental¹⁶. Eles temiam que se isso acontecesse e a URSS conseguisse desenvolver o seu potencial tecnológico, no futuro ela se tornaria uma formidável competidora dos EUA.

Segundo essa perspectiva, os EUA inicialmente não deram muita importância à queda da China (isso não significa afirmar que não se importaram), mas a grande preocupação era oferecer ao Japão os recursos que antes da guerra o país retirava da Manchúria e da Coréia. Os *policymakers* estadunidenses acreditavam que esses recursos pudessem vir do sudeste Asiático, o que levava os EUA a agirem para evitar que Ho Chi Minh vencesse o conflito interno e unificasse o Vietnã sob a bandeira do comunismo. Nesse quesito, a questão primordial era promover um novo modelo de desenvolvimento do Japão e melhorar o padrão de vida da população para evitar que ela tendesse à esquerda. Nesse contexto, os EUA precisavam garantir que Vietnã, Indonésia, Filipinas, Malásia e outros países da região não “caíssem” e se tornassem os alicerces de sustentação do projeto de reconstrução de um Japão amigo¹⁷. O Vietnã, inicialmente não estava no perímetro de defesa traçado por Acheson, mas como se avaliou que a sua queda poderia estimular outras rebeliões e que isso poderia ameaçar a hegemonia dos EUA na região, inicialmente passaram a dar suporte à França e, depois de 1954, assumiram o seu lugar.

Em decorrência do exposto, deve-se observar que o conflito na Indochina envolveu, de forma direta, o Vietnã, a Coréia, o Laos e o Camboja e, de forma indireta, toda a região. A emergência do conflito resultou de uma escolha política tomada ainda no segundo governo Truman. Essa diretriz política perpassou os governos Eisenhower, Kennedy, Johnson, Nixon e Ford. Esclareço que não se pode afirmar que a postura fosse idêntica durante esses governos, pois não era, mas a linha geral constituía a busca da integração das regiões periféricas e semiperiféricas do centro capitalista ao sistema mundial, se necessário, com o emprego da força militar¹⁸.

Essa era a essência do papel atribuído àquela região no projeto de ordem mundial dos EUA para o pós-guerra. Nesse projeto, o Japão desempenharia um papel fundamental na Ásia. No entanto, esse país experimentava, ao final da década de 1940, uma enorme carência de dólares. Assim, o Japão precisava vender os seus produtos no mercado regional, fora do campo dos dólares, depois converter isso em dólares para poder comprar dos EUA os produtos de que necessitava.

Para McComick, a Guerra da Coréia constitui-se em parte de uma disputa pelo controle dos *rimlands* do Nordeste e do Sudeste da Ásia e de

Taiwan. Para o autor, havia três motivos para os EUA lutarem pelo controle dessas áreas: 1) buscavam a integração das economias extrativistas do Terceiro Mundo aos centros industriais capitalistas, se necessário usando a força militar para isso; 2) almejavam manter a periferia asiática aberta para a economia Japonesa que desempenharia um papel importante no sistema mundial naquela região e, ao mesmo tempo, dessa forma, visava evitar que o Japão caísse na órbita sino-soviética; 3) por fim, para o autor, ao manter o Japão e os *rimlands* juntos, como um componente regional do sistema mundial, acreditavam que talvez fosse possível atrair a China para fora da órbita soviética e quem sabe reintegrá-la à economia capitalista¹⁹.

Ainda, para McCormick, o prolongamento da Guerra da Coreia possibilitou e justificou a militarização da política externa estadunidense. Para esse autor, se os EUA houvessem concordado com o armistício proposto em 1951, em termos muito semelhantes aos que se definiu, dois anos depois, o Congresso e a sociedade, certamente, se oporiam aos contínuos aumentos dos orçamentos militares. Desse ponto de vista, terminada a guerra, a integração da região permaneceu como a meta da política externa estadunidense.

Naquele cenário, segundo McCormick buscou-se integrar a Alemanha em uma unidade econômico-militar, o Japão e os *rimland* em uma unidade regional e a periferia e semiperiferia do Terceiro Mundo aos países capitalistas industrializados e, finalmente, a integração de todo esse conjunto de forma global. A Guerra da Coreia, segundo esse ponto de vista, possibilitou aos EUA caracterizar a URSS como um Estado militar agressivo e expansionista. Como decorrência da expansão do conflito e como resposta ao NSC-68, houve uma enorme expansão da economia militar soviética. Assim, o conflito facilitou a implementação dessa estratégia estadunidense, uma vez que a Europa Ocidental, ao se sentir ameaçada pelo aumento de 50% nos gastos militares soviéticos, pela enorme expansão do Exército Vermelho, que teve o seu contingente dobrado no período da Guerra da Coreia, e pelo temor da bomba H, testada pelos soviéticos em janeiro de 1953, se mostrava muito mais receptiva a essa política dos EUA²⁰.

McCormick acredita que o prolongamento da Guerra da Coreia fortaleceu a integração dessa parte da Ásia ao sistema mundial. Além disso, haveria possibilitado a expansão do conflito para o Sudeste da Ásia por mais duas décadas. McCormick procura demonstrar que o papel dos EUA no conflito do Vietnã começou cerca de dois meses antes do início da Guerra da Coreia, quando o país anunciou, em 1º de maio de 1950, o apoio financeiro e militar para que a França pusesse fim ao processo revolucionário, então em andamento na Indochina, e reconstruísse a estabilidade regional²¹.

Para esse autor, da mesma forma que a Guerra da Coreia, a do Vietnã foi em parte produto de uma estratégia geral para integrar a periferia nas economias centrais e, em parte, decorrência da estratégia de alicerçar a recuperação da

economia japonesa. Nessa perspectiva, pensava-se que, se bem-sucedida a estratégia, ficava a possibilidade de que a China pudesse ainda retornar ao sistema capitalista, uma vez que se considerava a possibilidade de alterações no quadro interno do país, se as pressões externas fossem suficientemente fortes para agravar os conflitos domésticos.

Na política externa dos EUA havia duas ordens de problemas que levavam a ações nem sempre compreensíveis ao observador externo. Em primeiro lugar, os interesses do complexo industrial militar na expansão da máquina de guerra do país, em decorrência aos fabulosos lucros propiciados pelas crescentes encomendas do Estado. Em segundo lugar, o desvirtuamento provocado pelos interessados nessa política agressiva (e a incompreensão por outros atores), do sentido das lutas anti-imperialistas e de libertação nacional em expansão na África e na Ásia, regra geral, caracterizadas como ameaça comunista, quando na maioria das vezes se situavam no campo das lutas anticoloniais. Em outras palavras, a chamada ameaça comunista era empregada para justificar a defesa dos interesses das grandes corporações com vistas ao controle de riquezas e mercados em diferentes regiões do planeta e, em particular, na venda de armas.

Para Fredrick Logeal, Ho Chi Minh foi, particularmente, mal-entendido. Ele defende a tese de que Ho tenha sido uma das lideranças mais incompreendidas do século XX. O autor vê a linha de ação do líder revolucionário vietnamita, no imediato pós-guerra, mais relacionada ao campo do nacionalismo, tendo como objetivo a independência do regime colonial francês do que ao comunismo²². Em outras palavras, para o autor Ho Chi Minh mais que comunista, era um nacionalista a lutar pela libertação do Vietnã do jugo colonial francês.

Para combater o Vietminh, os franceses criaram um regime fantoche no sul do Vietnã, o que acabou por delinear uma guerra entre os comunistas predominantes ao norte e as forças agregadas ao decadente poder francês, no Sul. Nesse aspecto, é importante observar que Ho Chi Minh, por diversas vezes solicitou o apoio dos EUA para a constituição de um Estado vietnamita independente da França. A Administração Truman ignorou ainda oito solicitações de ajuda econômica, política e técnica efetuadas pelo Vietminh²³. Mais que isso, a administração Truman manteve o apoio à dominação colonial francesa na região. Da perspectiva revisionista, esse é um dos aspectos de clara mudança pontual na política externa dos EUA após a morte de Roosevelt. O mencionado ex-presidente não via com bons olhos a manutenção de impérios coloniais, uma vez que a medida contrariava a *Open Door Policy*. Fechados os canais com os EUA, o Vietminh buscou o apoio militar, econômico e estratégico da URSS e, depois de 1949, da China. Posteriormente, em 1954, o Vietminh derrotou os franceses em Dien Bien Phu.

Apesar da derrota francesa e da resistência de parcela significativa do

Congresso estadunidense em continuar dando apoio aos franceses, Eisenhower entendendo que o Vietnã era fundamental para os interesses dos EUA na região e no sistema mundial, gradativamente começou a assumir o lugar da decadente potência colonial europeia. Isso se deu no contexto da adoção da teoria dos dominós defendida por Eisenhower. O raciocínio aplicado para a Coreia, também deveria ser aplicado para o Vietnã, para toda a Indochina e, de modo ampliado, para o mundo. Assim, a questão da segurança nacional dos Estados Unidos cada vez mais ganhava uma dimensão global e conflitos localizados nas mais diferentes regiões da periferia do mundo capitalista passaram a ser interpretados como ameaçadores à segurança do país²⁴.

Após a vitória do Vietminh em Dien Bien Phu (1954), os franceses foram forçados a reconhecer a predominância dos comunistas no norte do Vietnã. Os acordos de Genebra, ocorridos em 1954, dividiram o país por intermédio de uma linha imaginária, o paralelo 17. Ho aceitou a ideia da divisão temporária do território com a perspectiva de que, dois anos depois, em 1956, houvesse eleições gerais e o país pudesse ser reunificado. Certamente, pesou nessa decisão o receio de uma intervenção direta dos EUA na região. Não obstante, os EUA não ratificaram o tratado de Genebra, as eleições nunca se realizaram e as tensões cresceram no Vietnã dividido. Nos anos que se seguiram houve a escalada da violência que culminou no desencadeamento da chamada Guerra do Vietnã ou como preferem outros autores, na Guerra da Indochina.

Diferentes projetos modernizadores

Do final da década de 1940 a meados da década de 1960 tanto os elaboradores da política externa dos EUA quanto da URSS trabalhavam a partir de um denominador comum: o mundo vivia um momento extremamente importante e a história estava ao seu lado.

Para Michael Latham, nos EUA, intelectuais como Talcott Parsons, Walt Rostow, Daniel Lerner, Max Millikan entre outros afirmavam que o mundo experimentava um processo de transição, liderado pelo Ocidente democrático, de estruturas arcaicas baseadas em valores como religião, família, status, fatalismo para um mundo moderno embasado no racionalismo, na ciência, no desenvolvimento tecnológico, na crença no progresso e no individualismo. No entanto, consideravam esses momentos de transição particularmente difíceis, pois os antigos valores estavam em processo de erosão e os novos ainda não haviam se consolidado. Desse ponto de vista, nesses momentos abriam-se brechas perigosas que podiam ser aproveitadas pelos comunistas. Assim, defendiam teses que em linhas gerais apontavam para a necessidade da aceleração do processo de modernização, com o objetivo de estreitar essas janelas e impedir que a subversão comunista pudesse se aproveitar do caos gerado por essa fase de transição e ameaçar a sociedade²⁵.

Dessa forma, entendiam que os Estados Unidos deveriam agilizar esse

processo de apoio à modernização dos países em que o capitalismo ainda não havia se realizado plenamente, por meio da ajuda externa, da aceleração dos planos de desenvolvimento e da assistência técnica de forma a impedir que os comunistas se aproveitassem dessas oportunidades em momentos de grande vulnerabilidade da sociedade. Acreditavam que dessa forma seria possível tornar a sociedade mais segura, liberal, democrática, e com um capitalismo próspero. Essa perspectiva não se ancorava em um ponto de vista defensivo (de mero combate ao comunismo), mas colocava a necessidade da ação modernizadora de forma positiva.

Esses intelectuais ponderavam que era fundamental tomar a dianteira e demonstrar que era possível fazer, no século XX, no Sul do planeta o que havia sido feito ao Norte, ao final do século XIX: promover de forma simultânea o desenvolvimento econômico e a democracia política. Nesse contexto e com esses objetivos foram implementadas políticas como a “Aliança para o Progresso” e os “Peace Corps”. Desse ponto de vista, entendiam que se obtivessem sucesso na aceleração da modernização e promovessem a melhoria das condições de vida no Terceiro Mundo, o comunismo perderia a sua capacidade de atração ideológica e deixaria de representar uma ameaça ao mundo democrático-capitalista²⁶.

Na União Soviética, também havia a crença de que o mundo se encontrava em um momento bastante favorável. Em especial, após a morte de Stalin, Khrushchev e os estrategistas soviéticos defendiam que não era mais possível trabalhar com a noção de dois campos rígidos que se opunham e que inevitavelmente levariam à guerra (sublinha-se que pouco antes da sua morte, Stalin havia delineado vagamente as bases de uma teoria da coexistência pacífica). Para Khrushchev, a capacidade de destruição mútua gerada pelas armas nucleares tornou menos certa a inevitabilidade de uma guerra total entre os dois mundos.

Assim, o líder soviético acreditava que no Terceiro Mundo poderia ser gerado um vasto campo de paz que confrontaria as políticas imperialistas. Acreditava ainda que era possível atrair para o campo soviético as elites não-comunistas de países não-desenvolvidos que encontrariam na URSS uma alternativa ao modelo de modernização capitalista. As lideranças soviéticas confiavam ainda na possibilidade de se promover nesses países alianças entre o proletariado e a burguesia de forma transformar revoluções anti-imperialistas em anticapitalistas, sem que necessariamente houvesse luta armada. Em decorrência dessa perspectiva, a União Soviética passou a investir vultosos esforços e recursos no apoio aos projetos de desenvolvimento implementados pelos governos Nheru, na Índia; Nasser no Egito; Ben Bella, na Argélia; Nkrumah, em Gana; entre outros²⁷.

Em certos casos, essa política levou à intervenção soviética, como ocorreu no Congo, após a tentativa separatista da província Hatanga, com o

apoio dos ex-colonizadores Belgas. O novo governo do Congo, solicitou a intervenção da ONU, o que não correu como resultado da pressão dos EUA. Nesse contexto, sem outras alternativas, o primeiro ministro Patrice Lumumba, voltou-se para o apoio soviético. Considerando a situação inaceitável, os EUA por meio de um golpe de Estado liderado pelo general Mobutu, e arquitetado pela CIA, pôs fim ao regime autônomo em construção no país. Lumumba foi preso e assassinado e Mobutu instituiu uma ditadura atroz no país. No entanto, segundo o autor, ao apoiar militarmente o governo de Lumumba, Khrushchev pôs um desafio ao mundo capitalista e sinalizou para o Terceiro Mundo com uma nítida postura anti-imperialista²⁸.

Para Latham, de forma diferente dos soviéticos, Mao Zedong via nas transformações no chamado Terceiro Mundo um claro desafio à ordem capitalista. No contexto da jovem revolução, os chineses trataram de buscar a expansão do seu modelo e da sua influência para outras áreas, até como uma forma de preservação e fortalecimento do seu próprio regime. Assim, ao longo da década de 1950 e na seguinte, a China procurou se colocar como um aliado natural dos povos oprimidos e como uma alternativa viável tanto ao modelo de modernização capitalista quanto ao modelo soviético do qual Mao estava a se afastar.

Mao e Shu Enlai procuraram estabelecer relações, muito antes da União Soviética, com os países que estavam em processo de formação como decorrência das lutas de independência nacional que confrontavam as metrópoles coloniais. Shu Enlai defendeu a organização de uma frente anti-imperialista na Conferência de Bandung, em 1955. O pronunciamento de Khrushchev no XX Congresso do PCUS com as denúncias contra Stalin e a teoria da coexistência pacífica levaram as lideranças chinesas a acreditar que a URSS havia abandonado o caminho da revolução. Posteriormente, em 1959, a União Soviética, não apoiou a China em uma demanda de fronteiras com a Índia. A medida aumentou os ressentimentos chineses e foi interpretada como uma preferência ao país não alinhado, uma renúncia da solidariedade socialista para com a China. Essa crise levou à erosão das relações entre os dois países e quase os levou à guerra²⁹.

No início da década de 1960, a China investiu muito na expansão da sua influência no Terceiro mundo. Com esse objetivo, o governo chinês apoiou o regime do Vietnã do norte de forma muito mais intensa e direta que a URSS. De fato, já havia feito isso na Guerra da Coreia e somente em decorrência do envolvimento de mais de um milhão de combatentes chineses, que sofreram pesadas baixas, o regime de Kim il Sumg não ruiu. Ainda em 1963, Shu Enlai concentrou grande parte do seu esforço diplomático na África, ao buscar o estreitamento de relações com Argélia, Etiópia, Egito, Gana, Guiné, Mali, Marrocos, Somália e Sudão. As lideranças chinesas acreditavam em meados daquela década que a aplicação do modelo de ação chinesa por meio da

organização do campesinato e do cercamento das cidades pelo campo poderia levar à expansão da revolução e que poderia colocar em cheque os EUA, a Europa e a própria URSS.

No início da década de 1960, os três competidores viam um campo promissor na emergência dos países pós-coloniais. Para os EUA, era um campo em que poderiam confrontar a URSS, estimular a modernização e o desenvolvimento desses países e bloquear qualquer influência soviética. Para os soviéticos, era um campo promissor para a transformação socialista. Os chineses viam nesses movimentos uma intensa relação com o seu próprio caminho e a oposição aos desígnios dos EUA e da URSS³⁰.

No entanto, a partir de meados da década de 1960 os três competidores começam a vislumbrar problemas em seus modelos de ação, uma vez que não obtinham os resultados esperados. Os EUA abandonaram o modelo de apoio ao desenvolvimento e passaram a organizar golpes militares seguidos da implantação de regimes autoritários que pudessem oferecer maiores garantias de estabilidade aos seus interesses. Isso levou a instituição de regimes sangrentos na Ásia, na África e na América Latina e ao envolvimento direto do país nos conflitos na Indochina³¹.

Os soviéticos começaram a revisar a sua política para o Terceiro Mundo por volta da mesma época. Os chamados países não-alinhados não assumiam à risca o modelo soviético. Muito do esforço humano e capitais investidos pelo país no Sudão, Indonésia e Gana, entre outros, foram perdidos em decorrência de golpes de estado e da derrubada dos regimes apoiados pelo kremlin. Outro exemplo das dificuldades na implementação dessa política era o Egito, comandado por Nasser.

Nasser chegou ao poder, em 1952, por meio de um movimento nacionalista que confrontava a continuidade de um regime que, mesmo após a independência, era estreitamente associado aos interesses britânicos. No governo, Nasser iniciou um programa de cunho nacionalista e de reformas sociais. Em 1956, desafiou o controle britânico sobre o canal de Suez³². O conflito ganhou maiores proporções com a intervenção da Grã-Bretanha, França e Israel no Egito e só não se expandiu para toda a região, porque a União Soviética e os EUA, temerosos de uma escalada global exigiram o fim da intervenção estrangeira. Nesse contexto, Nasser explorou a situação e a sua popularidade em alta. Dessa forma, propugnou a criação de um movimento pan-arábico, deu apoio a forças oposicionistas na síria, na Jordânia e no Iraque, ao mesmo tempo em que confrontava Israel. Assim, as lutas anti-imperialistas e antissionistas enrobusteciam a força política do líder egípcio, dando origem ao surgimento de partidos políticos nasseristas em diversos países da região. Em 1958, tentou-se inclusive a criação de um único Estado, proveniente de uma aliança entre o Egito e a Síria, mas o projeto fracassou³³. No entanto, Nasser mantinha uma linha de independência em relação à União Soviética, e inclusive reprimia

duramente o Partido Comunista.

Os EUA receavam a expansão a agitação nasserista pela região e esse foi um motivo palpável para obstar a intervenção dos seus aliados no Egito, uma vez que a União Soviética poderia capitalizar isso para a expansão da sua influência entre os países Árabes. Ao mesmo tempo, essa situação, levou os EUA a intervirem no conflito civil libanês em 1958 e a apoiar econômica e militarmente governos conservadores no Irã, Iraque, Jordânia, Líbia e Arábia Saudita³⁴.

Assim, tanto EUA quanto URSS não conseguiam controlar plenamente os seus aliados oriundos das lutas pós-coloniais, muitos dos quais aderiram às perspectivas do não alinhamento emergidas da Conferência de Bandung. Em decorrência, os EUA buscaram por meio dos golpes militares instituir governos amigos e a URSS se retraiu e adotou uma postura mais comedida. Há autores que veem relações entre esses insucessos soviéticos e a desestabilização de Krushev, no entanto o tema é motivo de debates. Com Brezheniev, houve mudanças na avaliação do cenário internacional. Embora a URSS mantivesse o seu interesse e envolvimento nas questões do Terceiro Mundo, o seu caminho estava mais associado ao apoio aos Partidos Comunistas com sólida doutrina marxista-leninista e na ação em termos de longa duração³⁵.

A China também começou a rever a sua política quando os regimes por ela apoiados ruíram na Argélia, na Indonésia e em outros lugares. Eles significavam investimento de energia e capitais. Além disso, com vistas a acelerar a transição em direção ao comunismo, a China mergulhou na sua própria revolução cultural entre 1966-1968 e, naquele período, praticamente abandonou o seu envolvimento com as questões internacionais. Internamente, o país experimentou um caos do qual começou a sair somente ao final da década. No início da década de 1970, o regime chinês insistia na necessidade de luta contra a hegemonia dual dos EUA e da URSS, mas a partir de 1973, com o sucesso de aproximação com a visita de Nixon ao país, novamente a China mudou a sua ênfase nas relações internacionais ao abandonar gradativamente o campo da luta armada, reduzir o peso dado às lutas de libertação nacional e ao focar a ação nas relações interestatais³⁶.

Durante a década de 1970 e nas seguintes, disputas entre os diferentes projetos de sociedade continuaram a ocorrer em diferentes regiões do planeta e colocavam desafios ao modelo à ordem bipolar que vigorou durante as fases iniciais da Guerra Fria. O fim do império colonial português intensificou as contendas no continente africano entre os grupos políticos que se colocavam em campos opostos no gradiente ideológico. Assim, por exemplo, Angola e Moçambique conquistaram as suas independências nacionais, mas mergulharam por cerca de duas décadas em sangrentas guerras civis. Na América Latina, a Revolução Cubana em 1959 implicou a expansão de movimentos revolucionários e, ao mesmo tempo, uma maior intervenção dos

Estados Unidos no patrocínio de golpes que culminaram na instituição de ditaduras atroztes ao longo das décadas de 1960, 1970 e ao menos em parte da seguinte. Com a vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua, em 1979, a América Central experimentou a efervescência de movimentos similares. No entanto, com a posse de Ronald Reagan na presidência dos EUA, ampliou-se a intervenção do país na região, que intensificou o apoio a forças militares e paramilitares que mergulharam a América Central em um banho de sangue. A União Soviética, já em crise continuada, se enredou no conflito do Afeganistão, e teve o seu Vietnã, o que certamente contribuiu para a sua exaustão e para o início do fim do regime inaugurado por Lenin. A partir da segunda metade da década de 1970 e nas seguintes, a China investiu nas suas profundas reformas econômicas de modo a cada vez mais adquirir as facetas de um capitalismo de Estado, de tal modo que no limiar do século XXI as suas intervenções no cenário internacional eram muito mais matizadas pela sua capacidade de atração de capitais e, ao mesmo tempo, de investimento no exterior. Mas isso é assunto para outro artigo.

Notas

1 LaFEBER, WALTER. *America, Russia and the Cold War. 1945-1996*, 8º. ed., New York, McGraw-Hill, 1997.

2 KENNAN, George Frost. *A Rússia e o ocidente*. Rio de Janeiro: Forense, 1969; *American diplomacy*. Expanded edition. Chicago: University of Chicago Press, 1984; *At a Century's ending. Reflections 1982-1995*. New York: W.W. Norton, 1996.

3 No debate entre ortodoxos e revisionistas sobre esse tema específico, adoto um posicionamento próximo dos últimos.

4 UNITED KINGDOM. "Operation Unthinkable": Russia: Threat to Western Civilization," British War Cabinet, Joint Planning Staff [Draft and Final Reports: 22 May, 8 June, and 11 July 1945], Public Record Office, CAB 120/691/109040 / 001-037. 1945. <http://www.history.neu.edu/PRO2>. (Acesso em 11/09/2010).

5 HOGAN, Michael. Corporatism. In: HOGAN, Michael and PATERSON, Thomas (Eds). *Explaining the history of American foreign relations*. New York: Cambridge University Press, 1994, p. 233; HOGAN, Michael. *Marshall Plan: America, Britain and the Reconstruction of Western Europe, 1947-1952*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

6 CHOMSKY, Noam (ed). *The Cold War & the university: toward an intellectual history of the postwar years*. New York: New Press, 1997.

7 SCHRECKER, Ellen, *The Age of McCarthyism: A Brief History With Documents*, 2nd ed. New York: Palgrave, 2002; Munhoz, Sidnei J. *Guerra Fria: um debate interpretativo* in: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, p. 261-281.

8 MUNHOZ, Sidnei J.; GONÇALVES, José Henrique Rollo, *Détente e détetes na época da Guerra Fria (décadas de 1960 e 1970)*. Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 138-158, out. 2015.

9 MUNHOZ, Sidnei J.; GONÇALVES, José Henrique Rollo, op. cit., passim.

10 Observa-se esse fenômeno já no bojo da II Guerra Mundial. HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos. São Paulo: Cia das Letras 1993.

11 Churchill to Eden, September 15, 1943. FO 371/35398 (U4486/402/70). Citado por Gardner, Lloyd . Spheres of Influence. The great powers partition Europe, from Munich to Yalta. Chicago: Elephant, 1994, p. 164.

12 (BETHELL, L; HOXBOROUGH, I. Latin America Between Latin America between The Second World War and The Cold War.1944-1948). Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

13 SMITH, Peter H. Talons of Eagle. Dynamics of U.S. Latin American Relations. New York: Oxford University Press, 1996.

14 O assunto é controverso. Veja os diferentes pontos de vista nos seguintes autores: MADDIX, Robert J.. Hiroshima in history: the myths of revisionism. Columbia: University of Missouri Press, 2007; MISCAMBLE, Wilson D. From Roosevelt to Truman: Potsdam, Hiroshima and the Cold War. Cambridge (England): Cambridge University Press, 2007; ALPEROVITZ, Gar . The Decision to use the atomic Bomb and the Architecture of an American Myth. New York: Knopf, 1995; HASEGAWA, Tsuyoshi. Racing the enemy: Stalin, Truman, and the surrender of Japan. Cambridge (Mass): The Belknap Press of Harvard University Press, 2005.

15 LEFFLER, Melvin. The emergence of American Grand Strategy 1945-1952. In: LEFFLER & WESTAD. The Cambridge History of the Cold War. New York: Cambridge University Press, 2010, v.1, p. 67-89.

16 LEFFLER, Melvin. A Preponderance of power: national security, the Truman administration, and the Cold War. Stanford: Stanford University Press, 1992.

17 McCORMICK, Thomas. America's half-century: United States Foreign Policy in the Cold War. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

18 McCORMICK, Thomas. op.cit. passim.

19 McCORMICK, Thomas. op.cit., passim.

20 McCORMICK, Thomas. op.cit., p. 106-107.

21 McCORMICK, Thomas. op.cit., p. 111.

22 LOGEVALL, Fredrik. The Origins of Vietnam War. New York, Routledge, 2013, p. 12.

23 LOGEVALL, Fredrik. op. cit., p. 13-15.

24 LEFFLER, Melvin. op. cit., 1992, p. 6-7.

25 LATHAM, Michael. The Cold War in the Third World, 1963-1975. In: Leffler, M. ; Westad, O.A. The Cambridge History of the Cold War. New York: Cambridge University Press, 2010, v.2, p. 262.

26 LATHAM, Michael, op. cit., p. 263.

27 LATHAM, Michael, op. cit., p. 264-265.

28 LATHAM, Michael, op. cit., p. 265.

29 LATHAM, Michael, op. cit., p. 266.

30 LATHAM, Michael, op. cit., p. 267.

31 LATHAM, Michael, op. Cit., p. 268.

32 BRADLEY, Mark P. . Decolonization, the global South, and the Cold War, 1919-1962. In: Leffler, M. ; Westad, O.A. The Cambridge History of the Cold War. New York: Cambridge University Press, 2010, v.1, p. 480.

33 BRADLEY op. cit., p.480.

34 BRADLEY op. cit., p.481.

35 LATHAM op. cit., p. 273-274.

36 LATHAM op. cit., p. 275.

Artigo recebido em novembro de 2016. Aceito em janeiro de 2016.